



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

PREGÃO ELETRÔNICO 10/2025 – PROCESSO 28/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE

MUNICIPIO DE IBIAÍ - MG

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELETRO-ELETRONICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNINCPIO DE IBIAÍ – MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 520.084,97 (quinhentos e vinte mil e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2025 às 0900:h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

LOCAL:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO



EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 028/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2025**

O MUNICÍPIO DE IBIAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, centro, cidade de Ibiaí - MG, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura da licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 232, de 08 de fevereiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELETRO-ELETRÔNICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG.**

- 1.1. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que preencherem as condições constantes deste Edital.

3.1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 48, I da Lei Complementar nº 123/026, será concedido tratamento diferenciado para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, sendo a participação condicionada a localização da sua sede ou filial na seguinte delimitação geográfica:

a) Para os itens cujos valores sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) haverá a exclusividade de participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas (matriz ou filial participante) na Microrregião de Montes Claros/MG e de Pirapora/MG, estando esta definida no portal do Estado de Minas Gerais, no endereço eletrônico https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf

b) Para os itens cujos valores sejam superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas (matriz ou filial participante) na Microrregião de Montes Claros/MG e de Pirapora/MG, estando esta definida no portal do Estado de Minas Gerais, no endereço eletrônico https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf

3.1.2 O Município dará prioridade de contratação para a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto destinado exclusivamente para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas (matriz ou filial participante) na Microrregião de Montes Claros/MG e de Pirapora/MG, em detrimento da cota destinada a ampla participação, desde que a eventual diferença do valor final da proposta vencedora da cota exclusiva e a de ampla participação seja de até 10% (dez por cento).

3.1.3 Havendo a atualização da Microrregião pelo Estado de Minas Gerais, com a inclusão ou exclusão de Município, esta será imediatamente aplicada.

3.1.4 A obtenção do benefício a que se refere o subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

3.2. A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante junto ao site PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, nos termos dos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 supra.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade **dos custos de fornecimento**, bem como o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. *Valor unitário e total do item;*
- 5.1.2. Descrição;
- 5.1.3. Marca;
- 5.1.4. *Quantidade, devendo ser a totalidade do item por ele cotado.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.2.1. O licitante Não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os produtos em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do Item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (Um) real**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance oferecido após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08
7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punitas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.**

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência (subitens 8.3 a 8.22 do Termo de Referência)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o **FORNECIMENTO** objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.9.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 8.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.
- 8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. **A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.**
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do fornecedor ou do registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram catar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.**

11.3. **Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:**

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. **O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.**

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.ibiai.mg.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (**vinte**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Município de Ibaiá/MG**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Ibiaí.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio eletrônico: licitacao@ibiai.mg.gov.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. **O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.**

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.ibiai.mg.gov.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. **ANEXO I** - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. **ANEXO II** – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. **ANEXO III** – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3.1 Apêndice do Anexo III - Cadastro de Reservas ARP



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 14.11.4 **ANEXO IV** – Modelo de Proposta Comercial
14.11.5 **ANEXO V** – Lei Municipal nº 643/25.

Ibiaí – MG, 04 de junho de 2025.

Leidiane Dias Vieira

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Maurina Fonseca Mota de Matos

Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n° 28)

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRONICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG.

SEQ	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN	QUANT	MARCA	VALOR UN	TOTAL	PART. EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIP. SEDIADAS (MATRIZ OU FILIAL PARTICIPANTE) NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS/MG E PIRAPORA/MG
1	ADAPTADOR WIFI-5 DUAL BAND 1300MBPS 2.4/5GHZ 5G USB 3.0.	UN	10		R\$ 194,33	1.943,30	SIM
2	ALCOOL ISOPOPILICO 5 LTS ALCOOL ISOPOPILICO 5 LTS.	UN	5		R\$ 150,00	750	SIM
3	ANILHA NUMERICA RJ45 IDENTIFICADOR DE CABOS DE REDE C/ 100 PECAS ANILHA NUMERICA. RJ45 IDENTIFICADOR DE CABOS DE REDE C/ 100 PECAS	UN	5		R\$ 50,00	250	SIM
4	BATERIA DE LITIO PARA PLACA MAE LITIO CR2032 BATERIA DE LITIO PARA PLACA MAE LIT.	UN	40		R\$ 5,90	236	SIM
5	BASTÃO DE LUZ COMPRIMENTO DE 50CM, TEMPERATURA DE COR AJUSTÁVEL 3200K-5600K, 12 . 12 EFEITOS DE ILUMINAÇÃO INTEGRADOS, CONTROLE RGB COMPLETO (HSI), BATERIA INTERNA DE 2600MAH COM AUTONOMIA DE ATÉ 1H30, RECARREGÁVEL VIA USB-C, CORPO EM ALUMÍNIO, FIXAÇÃO VIA ROSCA 1/4.	UN	8		R\$ 239,99	1.919,92	SIM
6	CABO DE IMPRESSORA USB A MACHO X B MACHO 5M CABO DE IMPRESSORA USB.	UN	30		R\$ 25,00	750	SIM
7	CABO DE ENERGIA PARA PC IDEAL PARA COMPUTADORES MONITORES FONTE TELEVISAO . CABO DE ENERGIA PARA PC IDEAL PARA COMPUTADORES MONITORES FONTE TELEVISAO ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS	UN	30		R\$ 27,98	839,4	SIM
8	CABO DE REDE CX. 305 MTS, CAT6E 100% COBRE.	UN	6		R\$ 495,36	2.972,16	SIM
9	CABO HDMI 1.5 MTS CABO HDMI 1.5 MTS.	UN	15		R\$ 18,90	283,5	SIM
10	CABO VGA 1.5 MTS CABO VGA 1.5 MTS.	UN	15		R\$ 16,15	242,25	SIM
11	CABO USB-C 1.5M 3.1.	UN	15		R\$ 21,61	324,15	SIM
12	CABO LIGHTNING 1M MFI COMPATÍVEL COM IPHONE E IPAD.	UN	10		R\$ 170,00	1.700,00	SIM
13	CABO HDMI 2.0 1.5M SUPORTA 4K, PARA CONEXÃO COM MONITORES/TVS.	UN	15		R\$ 18,19	272,85	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

14	CAMERA FOTOGRAFICA PROFISSIONAL. SENSOR APS-C CMOS 24.2MP, DUAL PIXEL CMOS AF II. GRAVAÇÃO 4K 60FPS SEM CROP, VISOR ELETRÔNICO OLED DE 2.36M PONTOS.	UN	3		R\$ 5.100,00	15.300,00	SIM
15	CAMERA FOTOGRAFICA PROFISSIONAL SENSOR APS-C 24.2MP, AUTOFOCO COM DETECÇÃO . ROSTO/OLHOS, GRAVAÇÃO 4K 30FPS, TELA ARTICULADA TOUCH, MICROFONE DIRECIONAL EMBUTIDO.	UN	2		R\$ 4.744,75	9.489,50	SIM
16	CAMERA REFERENCIA CHD2160VF FULL HD 1080P BULLET 60 METROS LENTE AJUSTAVEL. CAMERA REFERENCIA CHD2160VF FULL HD 1080P BULLET 60 METROS LENTE AJUSTAVEL 28 A 12MM CARACTERISTICAS ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL. RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN. SAIDA DE VIDEO 4 EM 1 TVI/CVI/AHD/ANALOGICA. LENTE VARIFOCAL DE 2.8 A 12MM, AGC E BLC. CASE IP66. ESPECIFICACOES SENSOR DE IMAGEM PROGRESSIVE SCAN CMOS PIXELS EFETIVOS 1930H X 1088V ILUMINACAO MINIMA 0.1 LUX @F1.2AGC LIGADO 0 LUX COM INFRA VERMELHO LIGADO.	UN	10		R\$ 307,97	3.079,70	SIM
17	CAMERA INFRAVERMELHO, FULLHD COM TECNOLOGIA 4 EM 1 E ALCANCE DE ATE 20M R CAMERA. INFRAVERMELHO DOME FULLHD COM TECNOLOGIA 4EM1 E ALCANCE DE ATE 20M REFERENCIA CHD2120M RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V, ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN NAO NECESSITA DE SUBSTITUICAO DA ESTRUTURA DE CABEAMENTO DE SISTEMAS DE CFTV CONVENCIONAL SAIDA DE VIDEO 4EM1 CAMERA INFRAVERMELHO, FULLHD COM TECNOLOGIA 4 EM 1 E ALCANCE DE ATE 20M R CAMERA INFRAVERMELHO DOME FULLHD COM TECNOLOGIA 4EM1 E ALCANCE DE ATE 20M REFERENCIA CHD2120M RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V, ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN NAO NECESSITA DE SUBSTITUICAO DA ESTRUTURA DE CABEAMENTO DE SISTEMAS DE CFTV CONVENCIONAL SAIDA DE VIDEO 4EM1 TVI/CVI/AHD/ANALOGICA LENTE 2.8MM ANGULO DE VISUALIZACAO DE 105 AGC E BLC CASE METALICO IP66.	UN	10		R\$ 359,65	3.596,50	SIM
18	COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR 3.4GHZ TURBO 5.4GHZ 33MB CACHE LGA1700 . MEMORIA RAM 16GB SSD256GB PLACA REDE 10/100/1000 MONITOR LED 23.5 COMPOSTO POR 1 CPU 01 MANUAL 01 CD COM DRIVERS 01 MOUSE SEM FIO 01 TECLADO 01 MONITOR COM SOM INTEGRADO BIVOLT, WIFI 5G.	UN	19		R\$ 3.644,66	69.248,54	NÃO
19	COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR 3.4GHZ TURBO 5.4GHZ 33MB CACHE LGA1700 . MEMORIA RAM 16GB SSD256GB PLACA REDE 10/100/1000 MONITOR LED 23.5 COMPOSTO POR 1 CPU 01 MANUAL 01 CD COM DRIVERS 01 MOUSE SEM FIO 01 TECLADO 01 MONITOR COM SOM INTEGRADO BIVOLT, WIFI 5G .	UN	6		R\$ 3.644,66	21.867,96	SIM
20	CARTÃO SD EXTREME PRO 128GB UHS-II, VELOCIDADE DE LEITURA ATÉ 300MB/S, . CLASSE V90, IDEAL PARA 4K/8K.	UN	15		R\$ 360,00	5.400,00	SIM
21	CAIXA SOM ATIVA POTÊNCIA DE 120W RMS, MIXER DIGITAL INTEGRADO, BATERIA DE . ATÉ 12H, CONEXÃO BLUETOOTH, ENTRADAS XLR/USB.	UN	3		R\$ 1.295,00	3.885,00	SIM
22	CAIXA DE SOM USB SP-301BK, PRETO POTÊNCIA 5 WATTS .	UN	30		R\$ 60,00	1.800,00	SIM
23	CONECTOR RJ45 CTE6 COM BLINDAGEM PACOTE COM 100 UNID .	UN	10		R\$ 55,27	552,7	SIM
24	CONECTOR DC MACHO P4 CON CONECTOR KRE PARA INSTALACIONES PRACTICAS EN CFTV REF . CONECTOR DC MACHO P4 CON CONECTOR KRE PARA INSTALACIONES PRACTICAS EN CFTV REFERENCIA CNJKREPA	UN	10		R\$ 1,40	14	SIM
25	CONECTOR BNB COM BORNE MACHO PARA CFTV COM 20 UNIDADES .	UN	10		R\$ 24,40	244	SIM
26	DRONE SENSOR CMOS 1/1.3. GRAVAÇÃO 4K 100FPS HDR, SISTEMA DE DESVIO DE OBSTÁCULOS EM 360°, ALCANCE ATÉ 20 KM (OCUSYNC 4.0), PESO ABAIXO DE 249G.	UN	3		R\$ 7.285,00	21.855,00	SIM
27	DVR 8 CANAIS FULL HD REFERENCIA DHD 3308 HDTVI HDCVI AHD ANALOGICO IP C DVR . 8 CANAIS FULL HD REFERENCIA DHD 3308 HDTVI HDCVI AHD ANALOGICO IP CARACTERISTICAS 08 CANAIS.ACEITA CAMERAS ANALOGICAS TVI CVI AHD E IP	UN	3		R\$ 738,41	2.215,23	SIM
28	ESTABILIZADO PARA CELULAR COM TRIPÉ, COM DOIS EIXOS ANTI-TREPIDAÇÃO., COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	5		R\$ 208,00	1.040,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

29	FILTRO DE LINHA CHAVE DISJUNTORA DPS 5 TOMADAS CAPACIDADE DE DRENO 3X 4500A.	UN	30		R\$ 50,67	1.520,10	SIM
30	FONTE DE ALIMENTACAO 500 WHATS 80 PLUS BRONZE.	UN	8		R\$ 165,00	1.320,00	SIM
31	FONTE ATX MÍNIMO 400W BI-VOLT.	UN	5		R\$ 162,50	812,5	SIM
32	FONTE COLMEIA 12V 10A 120W BIVOLT ESTABILIZADA LED CAMERA DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICAS FONTE COLMEIA 12V 10A 120W BIVOLT ESTABILIZADA LED CAMERA DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICAS ENTRADA 127 VAC E 220 VAC BIVOLT SAÍDA DE 12V 10A PROTEÇÃO CONTRA CURTO CIRCUITO NA SAÍDA E SOBRECARGA PROTEÇÃO CONTRA SOBRE TEMPERATURA AQUECIMENTO FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO DE 47 A 64 HZ SAÍDA DE TENSÃO TOTALMENTE ESTABILIZADA FILTROS EMI E RFI FILTROS CONTRA INTERFERÊNCIA NO SOM E IMAGEM	UN	10		R\$ 55,00	550	SIM
33	GABINETE DE COMPUTADOR ATX (PRETO).	UN	30		R\$ 140,00	4.200,00	SIM
34	HD EXTERNO 1TB VELOCIDADE DE LEITURA ATÉ 1050MB/S, RESISTENTE A QUEDA E ÁGUA (IP55), CONEXÃO USB-C 3.2.	UN	10		R\$ 497,28	4.972,80	SIM
35	HARD SSD 240GB SATA LEITURA 500MB/S GRAVACAO 350MB/S.	UN	150		R\$ 174,58	26.187,00	SIM
36	IMPRESSORA MONOCROMÁTICA LASER PARA IMPRESSÃO DE 8000 COPIAS POR MÊS, TAMAÑO MÁXIMO DA MÍDIA DA IMPRESSORA A4, COMPONENTES INCLUIDOS CARTUCHOS DE TONER MÍDIA IMPRESSA ENVELOPES, PAPEL CARTÃO, PAPEL, ETIQUETAS, TIPO DE SCANNER PLANO, CAPACIDADE MÁXIMA DE ENTRADA DE FOLHAS 150, VELOCIDADE MÁXIMA DE CÓPIA (PRETO E BRANCO) 20 PPM, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, POTÊNCIA 300 WATTS.	UN	6		R\$ 4.076,33	24.457,98	SIM
37	IMPRESSORA ALTA CAPACIDADE COM CICLO MENSAL DE 10.000 PÁGINAS, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, PERMITINDO QUE VOCÊ IMPRIMA, COPIE, DIGITALIZE IMPRIMIR ATÉ 40 PÁGINAS POR MINUTO, BANDEJA PADRÃO DE 250 FOLHAS, IMPRESSÃO DUPLEX, CONECTIVIDADE VIA USB 2.0, ETHERNET E, WI-FI. (TIPO M4060 FR OU SEMELHANTE)	UN	6		R\$ 1.690,00	10.140,00	SIM
38	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO TANQUE DE TINTA. RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 5760 X 1440 OU SUPERIOR, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES OU SUPERIOR, CABO USB, CAPACIDADE DE ENTRADA DO PAPEL 100 FOLHAS DE PAPEL A4, CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL 30 FOLHAS DE PAPEL A4, TAMANHOS DE PAPEL SUPORTADOS PADRÃO A4, CARTA, OFÍCIO (215,9 X 355,6MM), MEXICO-OFFICE (215,9 X 340,4MM), OFÍCIO 9 (214,9 X 315MM), FÓLIO (215,9X330,2MM), EXECUTIVO, MEIA CARTA, A6, DEFINIDO PELO USUÁRIO 54X86 TO 215,9X1200 MM, TIPOS DE PAPEL SUPORTADOS COMUM E PAPEIS ESPECIAIS, RESOLUÇÃO MÁXIMA DO SCANNER 1200 X 2400 DPI, CONEXÕES USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE / WIRELESS / WI-FI DIRECT	UN	10		R\$ 1.513,60	15.136,00	SIM
39	KIT 4 RÁDIOS COMUNICADOR ALCANCE 10 KM 16 CANAIS BF 777S PROFISSIONAL . RÁDIO SEGURANÇA, SAÍDA 5V, CANAIS 16, ALIMENTAÇÃO 110V-240V (BIVOLT), ALCANCE DE FREQUÊNCIA 400-470MHZ., BATERIA DE LÍTIO - CAPACIDADE 1.500 MAH DURAÇÃO DA BATERIA APROXIMADAMENTE 10HRS ESPAÇAMENTO ENTRE CANAIS 25KHZ, IMPEDÂNCIA DA ANTENA 50, POTÊNCIA DE SAÍDA RE 3W DISTORÇÃO DE ÁUDIO 5%, TRANSMISSÃO CORRENTE 1.3°, TENSÃO OPERADORA 3.7V, SELETIVIDADE 55DB/50DB RESPOSTA ESPECULATIVO 60DB, POTÊNCIA DE SAÍDA DE ÁUDIO 1000MW, NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADAS, TEMPO DE CARREGAMENTO 4 HORAS DIMENSÕES 11,5 X 6 X 3,3 CM, DIMENSÃO 115MM X 60MM X 33MM., RÁDIO VHF/UHF TRANSECTOR FM. PESO 0,198 G	UN	10		R\$ 399,99	3.999,90	SIM
40	LIMPA CONTATO CONTACTEC 130G/210ML.	UN	10		R\$ 21,55	215,5	SIM
41	MESA DE SOM, 8 CANAIS, 2 PRÉ-AMPLIFICADORES XENYX COM PHANTOM POWER, EQ DE 3 BANDAS POR CANAL, INTERFACE USB INTEGRADA.	UN	3		R\$ 1.693,72	5.081,16	SIM
42	KIT LIMPEZA LENTE DE CÂMERA PROFISSIONAL. SPRAY, PANOS, PINCEL.	UN	25		R\$ 84,44	2.111,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

43	MOUSE LASER 600 DPI USB SEM FIO MOUSE LASER 600 DPI USB SEM FIO.	UN	40		R\$ 39,89	1.595,60	SIM
44	MICROFONE PARA SISTEMA DE SEGURANCA, CAPTURA DE 5 M OMNIDIRECIONAL CONECTOR P4. FEMEA CASE PLASTICO PROTECAO CONTRA SURTOS DE TENSAO INSTALACAO INTERNA 1 ANO DE GARANTIA AREA DE CAPTURA 80 M SENSIBILIDADE 38 2DB RESPOSTA EM FREQUENCIA 300 HZ 10 KHZ DIRETIVIDADE OMNIDIRECIONAL RELACAO SINALRUIDO 60 DB 1 M 40 DB SPL IMPEDANCIA DE SAIDA 600 NONEQUILIBRIO AMPLITUDE DO SINAL DE SAIDA 2.5 VPP AJUSTE DE GANHO SIM ATÉ 50 DB SAIDA DE AUDIO RCA FEMEA ALIMENTACAO CONECTOR P4 FEMEA	UN	10		R\$ 55,00	550	SIM
45	MICROFONE LAPELA SEM FIO, SENSIBILIDADE DE ÁUDIO 42 DB, RELAÇÃO SINAL-RUÍDO . DB, BATERIA DE LÍTIO, CONEXÕES 2,4 GHZ	UN	10		R\$ 202,23	2.022,30	SIM
46	MICROFONE DUPLO SEM FIO, TRANSMISSÃO DIGITAL 2.4GHZ, ALCANCE DE ATÉ 300M., CASE COM CARREGAMENTO RÁPIDO VIA USB-C.	UN	6		R\$ 471,05	2.826,30	SIM
47	PROCESSADOR 3.60 HZ (4.30GHZTURBO) 10ª GERAÇÃO, 4 CORES 8-THREADS, LGA 1200 . FREQUENCIA 3.60 GHZ, CACHE 20MB, SOquete LGA1200	UN	25		R\$ 690,00	17.250,00	SIM
48	MONITOR PARA PC LED TAMANHO 23.8 POLEGADAS ENTRADA E SAIDA HDMI., COM SAIDA DE AUDIO	UN	25		R\$ 623,03	15.575,75	SIM
49	MINI RACK PAREDE 19 10U X 570MM MINI RACK DE PAREDE 8U X 320MM PARA ORGANIZAR. PROTEGER E ARMAZENAR SEUS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UN	10		R\$ 466,50	4.665,00	SIM
50	MEMORIA 8GB DDR4 400 MHZ A 2666MHZ C19 .	UN	35		R\$ 107,97	3.778,95	SIM
51	MEMORIA 8GB DIMM DDR3 400 MHZ A 1600MHZ 15 V PARA (DESKTOP).	UN	35		R\$ 70,24	2.458,40	SIM
52	MOCHILA PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAL FOTOGRÁFICO IMPERMEÁVEL COMPACTA PARA . CÂMERAS COMPARTIMENTOS MODULARES, PROTEÇÃO REFORÇADA, ACESSO LATERAL E SUPERIOR, CAPA DE CHUVA EMBUTIDA.	UN	4		R\$ 265,00	1.060,00	SIM
53	MULTÍMETRO DIGITAL (PARA TESTAR FONTES, TOMADAS, CABOS E PLACAS).	UN	2		R\$ 106,63	213,26	SIM
54	NOTEBOOK COM NO MINIMO PROCESSADOR 1.80 GHZ COM FREQUENCIA DE BURST DE ATE 4.30 . GHZ 8MB CACHE 8 NUCLEOS 16 THREADS 15.6 LED FHD WIDESCREEN 1920 X 1080 16 9 ANTIRREFLEXIVA MEMORIA RAM 16GB DDR4 MODULO 512GB SSD M.2 PCIE GEN 3	UN	5		R\$ 2.932,67	14.663,35	SIM
55	NOTEBOOK. PROCESSADOR INTEL I7/I9, 16GB RAM, SSD 512GB, GPU DEDICADA NVIDIA RTX . 3050 OU SUPERIOR, TELA IPS DE ALTA FIDELIDADE.	UN	5		R\$ 4.359,33	21.796,65	SIM
56	SMART TV LED 50 POLEGADAS, RESOLUCAO 4K COM CONVERSOR DIGITAS OUTRAS CONEXOES.	UN	6		R\$ 2.137,50	12.825,00	SIM
57	NOBREAK 800VA NHS MINI 4 ENTRADAS BIVOLT SAÍDA 120V 6 TOMADAS COR PRETO.	UN	30		R\$ 930,83	27.924,90	SIM
58	NOBREAK 1200 VA 110/220 (VOLTS) .	UN	15		R\$ 888,13	13.321,95	SIM
59	POWER BANK MAGNETIC 20.000 MAH, CARGA POR INDUÇÃO E USB-C, DISPLAY DIGITAL, COM.	UN	10		R\$ 170,00	1.700,00	SIM
60	PLACA MAE COM SOquete LGA 1200 E SUPORTE A MEMORIA DDR4 PROPORCIONANDO CONECT PL. PLACA MAE LGA 1200	UN	20		R\$ 538,50	10.770,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

61	PASTA TERMICA ALTO DESEMPENHO GD 900 ORIGINAL 30 GRS .	UN	12		R\$ 49,93	599,16	SIM
62	PROCESSADOR MÍNIMO 3.60GHZ (4.30GHZ TURBO), 10A GERAÇÃO, 4-CORES 8-THREADS, LGA .	UN	20		R\$ 440,00	8.800,00	SIM
63	PENDRIVE 64G PENDRIVE 64G.	UN	40		R\$ 42,70	1.708,00	SIM
64	PENDRIVE USB 16 (GB) ..	UN	40		R\$ 29,99	1.199,60	SIM
65	PROJETOR MULTIMIDIA TELA DE PROJECAO RETRATIL COM TELA DE 100, COM CONTROLE . REMOTO, RESOLUCAO MAXIMA WXGA 1280X800 COM LUMINOSIDADE 2800 LUMENS CONEXOES VGA BIVOLT.	UN	5		R\$ 3.494,00	17.470,00	SIM
66	RING LIGHT LED 45CM COM TRIPÉDIÂMETRO DE 45CM, CONTROLE DE TEMPERATURA . (3000K A 6500K), DIMMER DE INTENSIDADE, ALIMENTAÇÃO USB OU TOMADA.	UN	4		R\$ 193,00	772	SIM
67	RÉGUA EXTENSÃO ELÉTRICA 6 TOMADA 3 MT 127/220V COM FUSÍVEL DE PROTEÇÃO ELETRO GM.	UN	50		R\$ 33,00	1.650,00	SIM
68	ROTEADOR MÍNIMO 2 AN-TENAS 300MBPS 2.4 GHZ/5GHZ.	UN	10		R\$ 175,74	1.757,40	SIM
69	SWITCH GIGABIT DE MESA TP-LINK 5 PORTAS 10/100/1000MBPS;.	UN	10		R\$ 210,88	2.108,80	SIM
70	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 GERENCIABELTPLINK/24PORTAS10/100/1000 .SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 GERENCIABEL, IGUAL OU SUPERIOR A TPLINK/24PORTAS10/100/1000	UN	10		R\$ 693,28	6.932,80	SIM
71	CAMERA FOTOGRAFICA, TIPO DE ALIMENTAÇÃO BATERIA, SENSOR OPTICO . CMOS 23.5 MM X 15.6 MM, CÂMERA MIRRORLESS 24,2 MPX, TELA 3 POLEGADAS, RESOLUÇÃO 4K, BLUETOOTH, CONEXÕES MIC JACK 3.5 MM PHONE JACK 3.5MM, COM ACESSORIOS 1 ADAPTADOR CA, 1 ADAPTADOR PROTECTOR DE VENTO, 1 ALÇA PARA OMBRO, 1 BATERIA RECARGÁVEL, 1 CABO USB-A PARA USB 2.0, 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO, 1 PROTECTOR DE VENTO, 1 TAMPA DE LENTE, RESOLUÇÕES DE VÍDEO 2160PX X3840 PX, MODOS DE AUTOFOCO AUTOMÁTICO, CONTÍNUO, SIMPLES, DISTÂNCIA FOCAL 24 MM - 75 MM, PROCESSADOR DA IMAGEM BIONZ X, ZOOM ÓPTICO 3,12X TIPOS DE CARTÕES DE MEMÓRIA MEMORY STICK MICRO (M2), MEMORY STICK PRO DUO, MEMORY STICK PRO-HG DUO, MICRO-SD, MICRO-SDHC, MICRO-SDXC, SD, SDHC UHS-I, SDXC UHS-	UN	2		R\$ 4.142,00	8.284,00	SIM
72	SSD SATA MÍNIMO LEITURA 500MBS, GRAVAÇÃO 350MBS 240GB.	UN	150		R\$ 145,94	21.891,00	SIM
73	TABLET TELA 10, 90 HZ, SUPORTE A REDE 5G POLEGADAS 64GB, 4 GB RAM, NO MÍNIMO . ANDROID 14, WIFI BLUETOOTH CONEXAO USB TIPO C BATERIA DE NO MÍNIMO 6000 MAH, CAMERA MINIMA 8MP, PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 3,4 GHZ	UN	10		R\$ 1.639,98	16.399,80	SIM
74	TRIPE PROFISSIONAL ALTURA MÁXIMA DE 155CM, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 1.5KG. CABEÇA JOYSTICK COM BLOQUEIO RÁPIDO, CONSTRUÇÃO EM ALUMÍNIO LEVE.	UN	5		R\$ 101,00	505	SIM
75	TESTADOR DE CABO DE REDE RJ45 E RJ11.	UN	2		R\$ 67,20	134,4	SIM
76	WEBCAM PARA COMPUTADOR FULL HD 1080X1920P 2 MP USB PLUG PLAY MICROFONE EMBUTID. WEBCAM PARA COMPUTADOR FULL HD 1080X1920P 2 MP USB PLUG PLAY MICROFONE EMBUTIDO CAMERA	UN	30		R\$ 70,00	2.100,00	SIM

1.2 Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei 14.133/21 conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

1.4.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.4.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1.5 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1 O instrumento contratual de que trata o item 1.4.1. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

1.7.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

1.7.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

1.7.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

1.7.2.2 Mantiverem sua proposta original.

1.7.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

1.8 O registro a que se refere o item 1.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

1.9 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

1.10 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 1.7.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

1.10.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

1.10.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas em Ata.

1.11 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.2 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Face a natureza da aquisição, não foram identificados possíveis impactos ambientais relevantes, devendo a contratada, na hipótese da aquisição gerar algum tipo de refugo, promover o adequado descarte nos termos da legislação ambiental vigente, bem como atender a mesma quando da fabricação e/ou distribuição e/ou fornecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

Da exigência de amostra

4.2 Não haverá a necessidade de apresentação de amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria requisitante, sendo que prazo de entrega é de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela contratada/detentora da respectiva ordem de fornecimento.

5.2 Caso não seja possível no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os produtos deverão ser entregues nos endereços enviados junto a ordem de fornecimento, todos localizados nos limites do Município de Ibiaí-MG.

Garantia/Validade

5.4 A garantia dos produtos deverá ser de no mínimo 01 ano, a contar do recebimento do produto pelo Contratante.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A Ata de Registro de Preços ou os contratos ou documentos equivalentes dela derivados, deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º):

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 dias, a contar da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15(quinze) dias

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 a data da emissão;

7.10.2 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.3 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.4 o valor a pagar; e

7.10.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24 Não haverá antecipação de pagamento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria requisitante.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

Qualificação Técnica

- 8.20 Em se tratando da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.20.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.20.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.20.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.20.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.20.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.20.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.20.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 8.21 Comprovação de aptidão para execução de fornecimento compatível com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.22 O futuro contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 520.084,97 (quinhentos e vinte mil e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos) conforme custos unitários apostos em anexo.

9.1 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 9.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.1.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.1.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

10 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 10.1 São obrigações do Contratante:
- 10.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 10.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Ibiaí, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10 A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.
- 10.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 11.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2 Entregar o objeto conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada;
- 11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 11.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

11.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

04.122.0002.3004 Equipamentos Diversos para Gabinete 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos 0058

04.122.0002.3010 Equipamentos e Material Permanente Para os Serviços Administrativos 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos 0145

12.361.0016.3013 Aquisição de Veículos e Equipamentos p/ Ensino Fundamental 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500001001 Recursos Não Vinculados de Impostos 0202

12.361.0016.3018 Aquisição de Equipamentos para Manutenção do Ensino Fundamental 44905100 Obras e Instalações 1540000000 Transferências do FUNDEB - Outras 0296

44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500001001 Recursos Não Vinculados de Impostos 0297

10.122.13.3041 equipamentos para Administração dos Serviços de Saúde 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500001002 Recursos Não Vinculados de Impostos 0471

44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1755000000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos 0472

12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ibiaí – MG, 04 de junho de 2025

Leidiane Dias Pereira

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - JUSTIFICATIVA

Constitui objeto da presente contratação a seleção da proposta mais vantajosa objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRÔNICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG.**

1.1 A aquisição de visa promover a melhoria dos equipamentos e bens permanentes da Administração, no que se refere aos materiais para processamento de dados, material de informática e eletroeletrônicos, obtendo uma estrutura adequada para disponibilizarmos um atendimento de melhor qualidade aos cidadãos, e dando condições de trabalho aos profissionais envolvidos nos serviços públicos em âmbito municipal.

1.2 As aquisições irão agregar itens indispensáveis ao funcionamento normal da administração pública municipal, proporcionar estruturação adequada para o trabalho diário dos funcionários, melhoria e ampliação da comunicação e infraestrutura de T. I., aquisição de equipamentos e suprimentos de informática dentre outros.

1.3 Embora não haja um Plano Anual de Contratações formalizado, a necessidade da **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRÔNICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG**, está alinhada com as diretrizes e objetivos estratégicos da Administração Pública, especialmente no que diz respeito melhoria da infraestrutura e da consequente prestação de serviços essenciais à população.

2 ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional da Prefeitura Municipal de Ibiahí/MG, bem como às leis orçamentárias vigentes deste município (PPA, LDO e LOA).

3 ASPECTOS RELEVANTES DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1 Não houve aspectos relevantes, pois se trata de processo para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRÔNICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG**, itens estes cuja aquisição é comum e recorrente pela Administração Municipal, e que não se encontram vinculados à contratação anterior.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A licitante deverá apresentar a documentação exigida pelo edital, sendo documentos comprobatórios das empresas participantes:

4.2 Habilidade jurídica

4.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condicação de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.2.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.2.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.2.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

4.2.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.2.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.3 Habilidade fiscal, social e trabalhista

4.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 4.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.3.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.3.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.3.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.4 Qualificação Econômico-Financeira

- 4.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

4.5 Qualificação Técnica

- 4.5.1 Em se tratando da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

4.5.1.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971:

4.5.1.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.5.1.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

4.5.1.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

4.5.1.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

4.5.1.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.5.1.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5.2 **Comprovação de aptidão para execução de fornecimento compatível com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**

4.5.2.1 **O futuro contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.**

5 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

- 5.1 As quantidades informadas foram elaboradas pela equipe técnica das Secretarias Municipais solicitantes, para atendimento das demandas das mesmas.

6 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 6.1 A estimativa dos preços, conforme pesquisa realizada em atendimento do art. 23 da Lei 14.133/21, é de: R\$ 520.084,97 (Quinhentos e vinte mil oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

SEQ	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN	QUANT	MARCA	VALOR UN	TOTAL	PART. EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIP. SEDIADAS (MATRIZ OU FILIAL PARTICIPANTE) NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS/MG E PIRAPORA/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

1	ADAPTADOR WIFI-5 DUAL BAND 1300MBPS 2.4/5GHZ 5G USB 3.0.	UN	10		R\$ 194,33	1.943,30	SIM
2	ALCOOL ISOPOPILICO 5 LTS ALCOOL ISOPOPILICO 5 LTS.	UN	5		R\$ 150,00	750	SIM
3	ANILHA NUMERICA RJ45 IDENTIFICADOR DE CABOS DE REDE C/ 100 PECAS ANILHA NUMERICA. RJ45 IDENTIFICADOR DE CABOS DE REDE C/ 100 PECAS	UN	5		R\$ 50,00	250	SIM
4	BATERIA DE LITIO PARA PLACA MAE LITIO CR2032 BATERIA DE LITIO PARA PLACA MAE LIT.	UN	40		R\$ 5,90	236	SIM
5	BASTÃO DE LUZ COMPRIMENTO DE 50CM, TEMPERATURA DE COR AJUSTÁVEL 3200K-5600K, 12 . 12 EFEITOS DE ILUMINAÇÃO INTEGRADOS, CONTROLE RGB COMPLETO (HSI), BATERIA INTERNA DE 2600MAH COM AUTONOMIA DE ATÉ 1H30, RECARREGÁVEL VIA USB-C, CORPO EM ALUMÍNIO, FIXAÇÃO VIA ROSCA 1/4.	UN	8		R\$ 239,99	1.919,92	SIM
6	CABO DE IMPRESSORA USB A MACHO X B MACHO 5M CABO DE IMPRESSORA USB.	UN	30		R\$ 25,00	750	SIM
7	CABO DE ENERGIA PARA PC IDEAL PARA COMPUTADORES MONITORES FONTE TELEVISAO . CABO DE ENERGIA PARA PC IDEAL PARA COMPUTADORES MONITORES FONTE TELEVISAO ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS	UN	30		R\$ 27,98	839,4	SIM
8	CABO DE REDE CX. 305 MTS, CAT6E 100% COBRE.	UN	6		R\$ 495,36	2.972,16	SIM
9	CABO HDMI 1.5 MTS CABO HDMI 1.5 MTS.	UN	15		R\$ 18,90	283,5	SIM
10	CABO VGA 1.5 MTS CABO VGA 1.5 MTS.	UN	15		R\$ 16,15	242,25	SIM
11	CABO USB-C 1.5M 3.1.	UN	15		R\$ 21,61	324,15	SIM
12	CABO LIGHTNING 1M MFI COMPATÍVEL COM IPHONE E IPAD.	UN	10		R\$ 170,00	1.700,00	SIM
13	CABO HDMI 2.0 1.5M SUPORTA 4K, PARA CONEXÃO COM MONITORES/TVS.	UN	15		R\$ 18,19	272,85	SIM
14	CAMERA FOTOGRAFICA PROFISSIONAL. SENSOR APS-C CMOS 24.2MP, DUAL PIXEL CMOS AF II. GRAVAÇÃO 4K 60FPS SEM CROP, VISOR ELETRÔNICO OLED DE 2.36M PONTOS.	UN	3		R\$ 5.100,00	15.300,00	SIM
15	CAMERA FOTOGRAFICA PROFISSIONAL SENSOR APS-C 24.2MP, AUTOFOCO COM DETECÇÃO . ROSTO/OLHOS, GRAVAÇÃO 4K 30FPS, TELA ARTICULADA TOUCH, MICROFONE DIRECIONAL EMBUTIDO.	UN	2		R\$ 4.744,75	9.489,50	SIM
16	CAMERA REFERENCIA CHD2160VF FULL HD 1080P BULLET 60 METROS LENTE AJUSTAVEL. CAMERA REFERENCIA CHD2160VF FULL HD 1080P BULLET 60 METROS LENTE AJUSTAVEL 28 A 12MM CARACTERISTICAS ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL. RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN. SAIDA DE VIDEO 4 EM 1 TVI/CVI/AHD/ANALOGICA. LENTE VARIFOCAL DE 2.8 A 12MM. AGC E BLC. CASE IP66. ESPECIFICACOES SENSOR DE IMAGEM PROGRESSIVE SCAN CMOS PIXELS EFETIVOS 1930H X 1088V ILUMINACAO MINIMA 0.1 LUX @F1.2AGC LIGADO 0 LUX COM INFRA VERMELHO LIGADO.	UN	10		R\$ 307,97	3.079,70	SIM
17	CAMERA INFRAVERMELHO, FULLHD COM TECNOLOGIA 4 EM 1 E ALCANCE DE ATE 20M R CAMERA. INFRAVERMELHO DOME FULLHD COM TECNOLOGIA 4EM1 E ALCANCE DE ATE 20M REFERENCIA CHD2120M RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V, ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN NAO NECESSITA DE SUBSTITUICAO DA ESTRUTURA DE CABEAMENTO DE SISTEMAS DE CFTV CONVENCIONAL SAIDA DE VIDEO 4EM1 CAMERA INFRAVERMELHO, FULLHD COM TECNOLOGIA 4 EM 1 E ALCANCE DE ATE 20M R CAMERA INFRAVERMELHO DOME FULLHD COM TECNOLOGIA 4EM1 E ALCANCE DE ATE 20M REFERENCIA CHD2120M RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080	UN	10		R\$ 359,65	3.596,50	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

	V, ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN NAO NECESSITA DE SUBSTITUICAO DA ESTRUTURA DE CABEAMENTO DE SISTEMAS DE CFTV CONVENTIONAL SAIDA DE VIDEO 4EM1 TVI/CVI/AHD/ANALOGICA LENTE 2.8MM ANGULO DE VISUALIZACAO DE 105 AGC E BLC CASE METALICO IP66.					
18	COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR 3.4GHZ TURBO 5.4GHZ 33MB CACHE LGA1700 . MEMORIA RAM 16GB SSD256GB PLACA REDE 10/100/1000 MONITOR LED 23.5 COMPOSTO POR 1 CPU 01 MANUAL 01 CD COM DRIVERS 01 MOUSE SEM FIO 01 TECLADO 01 MONITOR COM SOM INTEGRADO BIVOLT, WIFI 5G .	UN	19	R\$ 3.644,66	69.248,54	NÃO
19	COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR 3.4GHZ TURBO 5.4GHZ 33MB CACHE LGA1700 . MEMORIA RAM 16GB SSD256GB PLACA REDE 10/100/1000 MONITOR LED 23.5 COMPOSTO POR 1 CPU 01 MANUAL 01 CD COM DRIVERS 01 MOUSE SEM FIO 01 TECLADO 01 MONITOR COM SOM INTEGRADO BIVOLT, WIFI 5G .	UN	6	R\$ 3.644,66	21.867,96	SIM
20	CARTÃO SD EXTREME PRO 128GB UHS-II, VELOCIDADE DE LEITURA ATÉ 300MB/S, . CLASSE V90, IDEAL PARA 4K/8K.	UN	15	R\$ 360,00	5.400,00	SIM
21	CAIXA SOM ATIVA POTÊNCIA DE 120W RMS, MIXER DIGITAL INTEGRADO, BATERIA DE . ATÉ 12H, CONEXÃO BLUETOOTH, ENTRADAS XLR/USB.	UN	3	R\$ 1.295,00	3.885,00	SIM
22	CAIXA DE SOM USB SP-301BK, PRETO POTÊNCIA 5 WATTS .	UN	30	R\$ 60,00	1.800,00	SIM
23	CONECTOR RJ45 CTE6 COM BLINDAGEM PACOTE COM 100 UNID .	UN	10	R\$ 55,27	552,7	SIM
24	CONECTOR DC MACHO P4 CON CONECTOR KRE PARA INSTALACIONES PRACTICAS EN CFTV REF . CONECTOR DC MACHO P4 CON CONECTOR KRE PARA INSTALACIONES PRACTICAS EN CFTV REFERENCIA CNJKREPA	UN	10	R\$ 1,40	14	SIM
25	CONECTOR BNB COM BORNE MACHO PARA CFTV COM 20 UNIDADES .	UN	10	R\$ 24,40	244	SIM
26	DRONE SENSOR CMOS 1/1.3. GRAVAÇÃO 4K 100FPS HDR, SISTEMA DE DESVIO DE OBSTÁCULOS EM 360°, ALCANCE ATÉ 20 KM (OCUSYNC 4.0), PESO ABAIXO DE 249G.	UN	3	R\$ 7.285,00	21.855,00	SIM
27	DVR 8 CANAIS FULL HD REFERENCIA DHD 3308 HDTV HDCVI AHD ANALOGICO IP C DVR . 8 CANAIS FULL HD REFERENCIA DHD 3308 HDTV HDCVI AHD ANALOGICO IP CARACTERISTICAS 08 CANAIS.ACEITA CAMERAS ANALOGICAS TVI CVI AHD E IP	UN	3	R\$ 738,41	2.215,23	SIM
28	ESTABILIZADO PARA CELULAR COM TRIPÉ, COM DOIS EIXOS ANTI-TREPIDAÇÃO, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	5	R\$ 208,00	1.040,00	SIM
29	FILTRO DE LINHA CHAVE DISJUNTORA DPS 5 TOMADAS CAPACIDADE DE DRENO 3X 4500A.	UN	30	R\$ 50,67	1.520,10	SIM
30	FONTE DE ALIMENTACAO 500 WHATS 80 PLUS BRONZE.	UN	8	R\$ 165,00	1.320,00	SIM
31	FONTE ATX MÍNIMO 400W BI-VOLT.	UN	5	R\$ 162,50	812,5	SIM
32	FONTE COLMEIA 12V 10A 120W BIVOLT ESTABILIZADA LED CAMERA DESCRIÇÃO CARACTERI . FONTE COLMEIA 12V 10A 120W BIVOLT ESTABILIZADA LED CAMERA DESCRIÇÃO CARACTERISTICAS ENTRADA 127 VAC E 220 VAC BIVOLT SAIDA DE 12V 10A PROTECAO CONTRA CURTO CIRCUITO NA SAIDA E SOBRECARGA PROTECAO CONTRA SOBRE TEMPERATURA AQUECIMENTO FREQUENCIA DE OPERACAO DE 47 A 64 HZ SAIDA DE TENSAO TOTALMENTE ESTABILIZADA FILTROS EMI E EMI FILTROS CONTRA INTERFERENCIA NO SOM E IMAGEM	UN	10	R\$ 55,00	550	SIM
33	GABINETE DE COMPUTADOR ATX (PRETO).	UN	30	R\$ 140,00	4.200,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

34	HD EXTERNO 1TB VELOCIDADE DE LEITURA ATÉ 1050MB/S, RESISTENTE A QUEDA E ÁGUA (IP55), CONEXÃO USB-C 3.2.	UN	10		R\$ 497,28	4.972,80	SIM
35	HARD SSD 240GB SATA LEITURA 500MB/S GRAVACAO 350MB/S.	UN	150		R\$ 174,58	26.187,00	SIM
36	IMPRESSORA MONOCROMATICA LASER PARA IMPRESSAO DE 8000 COPIAS POR MÊS, . TAMANHO MÁXIMO DA MÍDIA DA IMPRESSORA A4, COMPONENTES INCLUIDOS CARTUCHOS DE TONER MÍDIA IMPRESSA ENVELOPES, PAPEL CARTÃO, PAPEL, ETIQUETAS, TIPO DE SCANNER PLANO, CAPACIDADE MÁXIMA DE ENTRADA DE FOLHAS 150, VELOCIDADE MÁXIMA DE CÓPIA (PRETO E BRANCO) 20 PPM, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, POTÊNCIA 300 WATTS.	UN	6		R\$ 4.076,33	24.457,98	SIM
37	IMPRESSORA ALTA CAPACIDADE COM CICLO MENSAL DE 10.000 PAGINAS, IMPRESSORA . MULTIFUNCIONAL, PERMITINDO QUE VOCÊ IMPRIMA, COPIE, DIGITALIZE IMPRIMIR ATÉ 40 PÁGINAS POR MINUTO, BANDEJA PADRÃO DE 250 FOLHAS, IMPRESSÃO DUPLEX, CONECTIVIDADE VIA USB 2.0, ETHERNET E, WI-FI. (TIPO M4060 FR OU SIMILAR)	UN	6		R\$ 1.690,00	10.140,00	SIM
38	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO TANQUE DE TINTA, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 5760 X 1440 OU SUPERIOR ,VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES OU SUPERIOR, CABO USB, CAPACIDADE DE ENTRADA DO PAPEL 100 FOLHAS DE PAPEL A4, CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL 30 FOLHAS DE PAPEL A4, TAMANHOS DE PAPEL SUPORTADOS PADRÃO A4, CARTA, OFÍCIO (215,9 X 355,6MM), MEXICO-OFÍCIO (215,9 X 340,4MM), OFÍCIO 9 (214,9 X 315MM), FOLIO (215,9X330,2MM), EXECUTIVO, MEIA CARTA, A6, DEFINIDO PELO USUÁRIO 54X86 TO 215,9X1200 MM, TIPOS DE PAPEL SUPORTADOS COMUM E PAPÉIS ESPECIAIS, RESOLUÇÃO MÁXIMA DO SCANNER 1200 X 2400 DPI, CONEXÕES USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE / WIRELESS / WI-FI DIRECT	UN	10		R\$ 1.513,60	15.136,00	SIM
39	KIT 4 RÁDIOS COMUNICADOR ALCANCE 10 KM 16 CANAIS BF 777S PROFISSIONAL . RÁDIO SEGURANÇA, SAÍDA 5V, CANAIS 16, ALIMENTAÇÃO 110V-240V (BIVOLT), ALCANCE DE FREQUÊNCIA 400-470MHZ, BATERIA DE LÍTOI - CAPACIDADE 1.500 MAH DURAÇÃO DA BATERIA APROXIMADAMENTE 10HRS ESPAÇAMENTO ENTRE CANAIS 25KHZ, IMPEDÂNCIA DA ANTENA 50, POTÊNCIA DE SAÍDA RF 3W DISTORÇÃO DE ÁUDIO 5%, TRANSMISSÃO CORRENTE 1,3°, TENSÃO OPERADORA 3,7V, SELETIVIDADE 55dB/50dB, RESPOSTA ESPECULATIVO 60dB, POTÊNCIA DE SAÍDA DE ÁUDIO 1000mW, NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADAS, TEMPO DE CARREGAMENTO 4 HORAS DIMENSÕES 11,5 X 6 X 3,3 CM, DIMENSÃO 115MM X 60MM X 33MM., RÁDIO VHF/UHF TRANSECTOR FM. PESO 198 G	UN	10		R\$ 399,99	3.999,90	SIM
40	LIMPA CONTATO CONTACTEC 130G/210ML.	UN	10		R\$ 21,55	215,5	SIM
41	MESA DE SOM, 8 CANAIS, 2 PRÉ-AMPLIFICADORES XENYX COM PHANTOM POWER, EQ DE 3 BANDAS POR CANAL, INTERFACE USB INTEGRADA.	UN	3		R\$ 1.693,72	5.081,16	SIM
42	KIT LIMPEZA LENTE DE CÂMERA PROFISSIONAL. SPRAY, PANO, PINCEL.	UN	25		R\$ 84,44	2.111,00	SIM
43	MOUSE LASER 600 DPI USB SEM FIO MOUSE LASER 600 DPI USB SEM FIO.	UN	40		R\$ 39,89	1.595,60	SIM
44	MICROFONE PARA SISTEMA DE SEGURANÇA, CAPTURA DE 5 M OMNIDIRECIONAL CONECTOR P4. FEMEA CASE PLASTICO PROTECAO CONTRA SURTOS DE TENSÃO INSTALACAO INTERNA 1 ANO DE GARANTIA AREA DE CAPTURA 80 M SENSIBILIDADE 38 2DB RESPOSTA EM FREQUENCIA 300 HZ 10 KHZ DIRETIVIDADE OMNIDIRECIONAL RELACAO SINALRUÍDO 60 DB 1 M 40 DB SPL IMPEDÂNCIA DE SAÍDA 600 NONEQUILIBRUM AMPLITUDE DO SINAL DE SAÍDA 2,5 VPP AJUSTE DE GANHO SIM ATÉ 50 DB SAÍDA DE ÁUDIO RCA FEMEA ALIMENTACAO CONECTOR P4 FEMEA	UN	10		R\$ 55,00	550	SIM
45	MICROFONE LAPELA SEM FIO, SENSIBILIDADE DE ÁUDIO 42 DB, RELAÇÃO SINAL-RUIDO .DB, BATERIA DE LÍTOI, CONEXÕES 2,4 GHZ	UN	10		R\$ 202,23	2.022,30	SIM
46	MICROFONE DUPLO SEM FIO, TRANSMISSÃO DIGITAL 2.4GHZ, ALCANCE DE ATÉ 300M, CASE COM CARREGAMENTO RÁPIDO VIA USB-C.	UN	6		R\$ 471,05	2.826,30	SIM
47	PROCESSADOR 3.60 HZ (4.30GHZTURBO) 10ª GERAÇÃO, 4 CORES 8-THREADS, LGA 1200 . FREQUENCIA 3.60 GHZ, CACHE 20MB, SOquete LGA1200	UN	25		R\$ 690,00	17.250,00	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

48	MONITOR PARA PC LED TAMANHO 23.8 POLEGADAS ENTRADA E SAIDA HDMI., COM SAIDA DE AUDIO	UN	25		R\$ 623,03	15.575,75	SIM
49	MINI RACK PAREDE 19 10U X 570MM MINI RACK DE PAREDE 8U X 320MM PARA ORGANIZAR. PROTEGER E ARMAZENAR SEUS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UN	10		R\$ 466,50	4.665,00	SIM
50	MEMORIA 8GB DDR4 400 MHZ A 2666MHZ C19.	UN	35		R\$ 107,97	3.778,95	SIM
51	MEMORIA 8GB DIMM DDR3 400 MHZ A 1600MHZ 15 V PARA (DESKTOP).	UN	35		R\$ 70,24	2.458,40	SIM
52	MOCHILA PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAL FOTOGRÁFICO IMPERMEÁVEL COMPACTA PARA CÂMERAS COMPARTIMENTOS MODULARES, PROTEÇÃO REFORÇADA, ACESSO LATERAL E SUPERIOR, CAPA DE CHUVA EMBUTIDA.	UN	4		R\$ 265,00	1.060,00	SIM
53	MULTÍMETRO DIGITAL (PARA TESTAR FONTES, TOMADAS, CABOS E PLACAS).	UN	2		R\$ 106,63	213,26	SIM
54	NOTEBOOK COM NO MINIMO PROCESSADOR 1.80 GHZ COM FREQUENCIA DE BURST DE ATE 4.30 . GHZ 8MB CACHE 8 NUCLEOS 16 THREADS 15,6 LED FHD WIDESCREEN 1920 X 1080 16 9 ANTIRREFLEXIVA MEMORIA RAM 16GB DDR4 MODULO 512GB SSD M.2 PCIE GEN 3	UN	5		R\$ 2.932,67	14.663,35	SIM
55	NOTEBOOK. PROCESSADOR INTEL I7/19, 16GB RAM, SSD 512GB, GPU DEDICADA NVIDIA RTX . 3050 OU SUPERIOR, TELA IPS DE ALTA FIDELIDADE.	UN	5		R\$ 4.359,33	21.796,65	SIM
56	SMART TV LED 50 POLEGADAS, RESOLUCAO 4K COM CONVERSOR DIGITAS OUTRAS CONEXOES.	UN	6		R\$ 2.137,50	12.825,00	SIM
57	NOBREAK 800VA NHS MINI 4 ENTRADAS BIVOLT SAÍDA 120V 6 TOMADAS COR PRETO.	UN	30		R\$ 930,83	27.924,90	SIM
58	NOBREACK 1200 VA 110/220 (VOLTS)..	UN	15		R\$ 888,13	13.321,95	SIM
59	POWER BANK MAGNETIC 20.000 MAH, CARGA POR INDUÇÃO E USB-C, DISPLAY DIGITAL, COM.	UN	10		R\$ 170,00	1.700,00	SIM
60	PLACA MAE COM SOQUETE LGA 1200 E SUPORTE A MEMORIA DDR4 PROPORCIONANDO CONECT PL. PLACA MAE LGA 1200	UN	20		R\$ 538,50	10.770,00	SIM
61	PASTA TERMICA ALTO DESEMPENHO GD 900 ORIGINAL 30 GRS .	UN	12		R\$ 49,93	599,16	SIM
62	PROCESSADOR MÍNIMO 3.60GHZ (4.30GHZ TURBO), 10A GERAÇÃO, 4-CORES 8-THREADS, LGA .	UN	20		R\$ 440,00	8.800,00	SIM
63	PENDRIVE 64G PENDRIVE 64G.	UN	40		R\$ 42,70	1.708,00	SIM
64	PENDRIVE USB 16 (GB)..	UN	40		R\$ 29,99	1.199,60	SIM
65	PROJETOR MULTIMÍDIA TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL COM TELA DE 100, COM CONTROLE REMOTO, RESOLUÇÃO MÁXIMA WXGA 1280X800 COM LUMINOSIDADE 2800 LUMENS CONEXÕES VGA BIVOLT.	UN	5		R\$ 3.494,00	17.470,00	SIM
66	RING LIGHT LED 45CM COM TRIPÉDIÁMETRO DE 45CM, CONTROLE DE TEMPERATURA . (3000K A 6500K), DIMMER DE INTENSIDADE, ALIMENTAÇÃO USB OU TOMADA.	UN	4		R\$ 193,00	772	SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

67	RÉGUA EXTENSÃO ELÉTRICA 6 TOMADA 3 MT 127/220V COM FUSÍVEL DE PROTEÇÃO ELETRO GM.	UN	50		R\$ 33,00	1.650,00	SIM
68	ROTEADOR MÍNIMO 2 AN-ENENAS 300MBPS 2.4 GHZ/5GHZ.	UN	10		R\$ 175,74	1.757,40	SIM
69	SWITCH GIGABIT DE MESA TP-LINK 5 PORTAS 10/100/1000MBPS;.	UN	10		R\$ 210,88	2.108,80	SIM
70	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 GERENCIABEL TPLINK/24PORTAS10/100/1000 . SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 GERENCIABEL, IGUAL OU SUPERIOR A TPLINK/24PORTAS10/100/1000	UN	10		R\$ 693,28	6.932,80	SIM
71	CAMERA FOTOGRÁFICA, TIPO DE ALIMENTAÇÃO BATERIA, SENSOR OPTICO . CMOS 23.5 MM X 15.6 MM, CÂMERA MIRRORLESS 24.2 MPX, TELA 3 POLEGADAS, RESOLUÇÃO 4K, BLUETOOTH, CONEXÕES MIC JACK 3.5 MM PHONE JACK 3.5MM, COM ACESSÓRIOS 1 ADAPTADOR CA, 1 ADAPTADOR PROTETOR DE VENTO, 1 ALÇA PARA OMBRO, 1 BATERIA RECARREGÁVEL, 1 CABO USB-A PARA USB 2.0, 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO, 1 PROTETOR DE VENTO, 1 TAMPA DE LENTE, RESOLUÇÕES DE VÍDEO 2160PX X3840 PX, MODOS DE AUTOFOCO AUTOMÁTICO, CONTINUO, SIMPLES, DISTÂNCIA FOCAL 24 MM - 75 MM, PROCESSADOR DA IMAGEM BIONZ X, ZOOM ÓPTICO 3,12X TIPOS DE CARTÕES DE MEMÓRIA MEMORY STICK MICRO (M2), MEMORY STICK PRO DUO, MEMORY STICK PRO-HG DUO, MICRO-SD, MICRO-SDHC, MICRO-SDXC, SD, SDHC UHS-I, SDXC UHS-	UN	2		R\$ 4.142,00	8.284,00	SIM
72	SSD SATA MÍNIMO LEITURA 500MBS, GRAVAÇÃO 350MBS 240GB.	UN	150		R\$ 145,94	21.891,00	SIM
73	TABLET TELA 10, 90 HZ, SUPORTE A REDE 5G POLEGADAS 64GB, 4 GB RAM, NO MÍNIMO . ANDROID 14, WIFI BLUETOOTH CONEXÃO USB TIPO C BATERIA DE NO MÍNIMO 6000 MAH, CÂMERA MÍNIMA 8MP, PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 3,4 GHZ	UN	10		R\$ 1.639,98	16.399,80	SIM
74	TRÍPODE PROFISSIONAL ALTURA MÁXIMA DE 155CM, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 1.5KG., CABEÇA JOYSTICK COM BLOQUEIO RÁPIDO, CONSTRUÇÃO EM ALUMÍNIO LEVE.	UN	5		R\$ 101,00	505	SIM
75	TESTADOR DE CABO DE REDE RJ45 E RJ11.	UN	2		R\$ 67,20	134,4	SIM
76	WEBCAM PARA COMPUTADOR FULL HD 1080X1920P 2 MP USB PLUG PLAY MICROFONE EMBUTID. WEBCAM PARA COMPUTADOR FULL HD 1080X1920P 2 MP USB PLUG PLAY MICROFONE EMBUTIDO CÂMERA	UN	30		R\$ 70,00	2.100,00	SIM

6.2 Na presente contratação será concedido tratamento diferenciado para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, sendo a participação condicionada a localização da sua sede ou filial na seguinte delimitação geográfica:

a) Para os itens cujos valores sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) haverá a exclusividade de participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas (matriz ou filial participante) na Microrregião de Montes Claros/MG e Pirapora/MG, estando esta definida no portal do Estado de Minas Gerais, no endereço eletrônico https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligmínas_10_2_04_listamesomicro.pdf

b) Para os itens cujos valores sejam superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas (matriz ou filial participante) na Microrregião de Montes Claros/MG e Pirapora/MG, estando esta definida no portal do Estado de Minas Gerais, no endereço eletrônico https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligmínas_10_2_04_listamesomicro.pdf

6.3 O Município dará prioridade de contratação para a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto destinado exclusivamente para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas (matriz ou filial participante) na Microrregião de Montes Claros/MG e Pirapora/MG, em detrimento da cota destinada a ampla participação, desde que a eventual diferença do valor final da proposta vencedora da cota exclusiva e a de ampla participação seja de até 10% (dez por cento).

6.4 Havendo a atualização da Microrregião pelo Estado de Minas Gerais, com a inclusão ou exclusão de Município, esta será imediatamente aplicada.

7 LEVANTAMENTO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

7.1 A solicitação em relação a aquisição se justifica em razão da solicitação realizada pelas equipes das Secretarias Municipais solicitantes, visando a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRONICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG, conforme



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

justificativa apresentada, sendo que a solução pela compra é rotineira, ou seja, visto que a especificação dos itens se deu de forma a contemplar produtos de boa qualidade, garantindo maior eficiência da contratação e economicidade, sem prejuízo da ampliação da disputa e consequente isonomia entre os pretensois licitantes.

7.2 A única solução possível no presente caso é a aquisição dos produtos, visto que há a necessidade de reposição de materiais, equipamentos e suprimentos de informática, eletro eletrônicos, dentre outros itens que se encontram obsoletos ou com defeito ou, ainda, para contemplar demanda referente a necessidade dos mesmos para atender a setores que não dispõe dos produtos/equipamentos, tudo com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços administrativos, sendo a contratação, mediante processo de licitação, meio economicamente mais vantajoso e eficiente.

8 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELETRO-ELETRÔNICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG, através de procedimentos para realização, mediante licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, para registro formal de preços, relativos à referida aquisição para contratações futuras.

8.2 Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns visto que os seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos no presente ETP, e serão assim definidos no futuro edital da Licitação, por meio de especificações usuais de mercado.

8.3 O objeto da contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei 14.133/21 conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

8.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.5 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

8.6 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8.7 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8 O instrumento contratual de que trata o item 8.5. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8.9 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.10.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

8.10.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.10.3 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.10.4 Mantiverem sua proposta original.

8.11 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

8.12 O registro a que se refere o item 8.10 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

8.13 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.14 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.15 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

8.16 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas em Ata.

8.17 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.18 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

8.19 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, face o baixo risco da contratação, e a possibilidade de ampliação da disputa, visando maior economicidade nas eventuais aquisições e isonomia na participação de pretensos licitantes.

8.20 Face a natureza da aquisição, não foram identificados possíveis impactos ambientais relevantes, devendo a contratada, na hipótese da aquisição gerar algum tipo de refugo, promover o adequado descarte nos termos da legislação ambiental vigente, bem como atender a mesma quando da fabricação e/ou distribuição e/ou fornecimento.

8.21 Não haverá a necessidade de apresentação de amostras.

8.22 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

8.23 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

9.1 A solução escolhida compreende a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRONICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG**, com características/especificações distintas, razão pela qual, visando a máxima participação de pretensos licitantes, fora definido a divisão dos produtos em itens.

9.2 A proposta apresentada deverá se referir à totalidade do item por ele cotado;

9.3 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

10 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

10.1 O resultado pretendido é a contratação/seleção da proposta mais vantajosa objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRONICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG**, através de empresa com capacidade para fornecimento e entrega dos produtos.

10.2 Espera-se que a solução escolhida garanta uma contratação econômica do ponto de vista financeiro e eficiente em todos os aspectos, notadamente naqueles relacionados a preço, qualidade e recebimento do objeto.

10.3 Alocação de empregados com expertise para cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo os materiais, na qualidade e quantidade especificadas na Ata de Registro de Preços.

10.4 Gestão das obrigações contratuais, por meio de preposto da contratada com a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução da Ata de Registro de Preços; com o fim de debelar a execução do fornecimento efetuados com vícios, defeitos ou incorreções e na ocorrência destes arcar com as devidas correções; de cumprir as obrigações junto aos empregados, de segurança do trabalho, trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica; instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a executar as atividades estritamente abrangidas pela Ata de Registro de Preços.

11 PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

11.1 A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento dos itens e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade da compra.

12 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1 A equipe de gestão e fiscalização e Fiscalização será formada pelos seguintes servidores:

Gestão do Contrato:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SECRETARIA
MANUEL JOAQUIM GUERRA	Secretaria Municipal	GOVERNO

Fiscal Técnico:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SECRETARIA
VITOR SOUZA DIAMANTINO	GERENTE DE INFORMÁTICA	ADMINISTRAÇÃO

12.2 Fiscalização Técnica

12.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.2.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º):

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

12.2.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.2.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.2.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.3 Gestor do Contrato

12.3.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.3.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.3.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.3.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.3.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.3.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.3.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13 DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 Considerando que a aquisição se dará mediante a contratação de empresa com capacidade comprovada para cumprimento do objeto, mediante o preenchimento de requisitos de habilitação que serão definidos no termo de referência; considerando que demanda no mercado deste tipo de aquisição proporciona competitividade para contratação, e consequente economicidade ao Município; declaramos que a contratação é viável.

14 MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

FASE DE ANÁLISE:(X) Planejamento da Contratação			
() Seleção do Fornecedor			
() Gestão de Contrato			
RISCO01: DEFINIÇÃO INCORRETA DA DEMANDA			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
CAUSA/ORIGEM DO EVENTO DE RISCO: Análise da demanda insuficiente, em especial fase a variações dos quantitativos dentro do período de vigência da Ata/Contrato. Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso.			
Consequência/Dano			
Realizar a aquisição de maneira insuficiente, não sanando a necessidade da administração durante a vigência da Ata/Contrato.			
Ação Preventiva		Responsável	
Levantamento da demanda realizando relatórios e análises de fornecimento.		Coordenação dos Setores demandantes: VITOR SOUZA DIAMANTINO	
Ação de Contingência		Responsável	
Levantamento de nova demanda para realização de processo licitatório que possibilite suprir as necessidades.		Equipe de Planejamento da Contratações	
FASE DE ANÁLISE:() Planejamento da Contratação			



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

<input checked="" type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor
<input type="checkbox"/> Gestão de Contrato

RISCO02: ESCOLHA DE FORNECEDOR QUE NÃO TENHA CAPACIDADE PARA FORNECIMENTO DE TODA A QUANTIDADE SOLICITADA.

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Causa			
Os fornecedores podem ter dificuldade em fornecer todo o quantitativo demandado ou dificuldade na manutenção dos preços ou em aguardar o prazo de pagamento realizado pela prefeitura.			
Consequência/Dano			
Suspensão do fornecimento.			
Ação Preventiva	Responsável		
Realizar a verificação da capacidade de fornecimento do fornecedor previamente.	Equipe de planejamento das contratações – SMAP		
Ação de Contingência	Responsável		
Notificar a empresa dentro do que preconiza a Lei.	Fiscais do contrato que são devidamente designados no processo.		

FASE DE ANÁLISE: Planejamento da Contratação

<input type="checkbox"/> Seleção do Fornecedor
<input checked="" type="checkbox"/> Gestão de Contrato

RISCO03: DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM RELAÇÃO AO FORNECIMENTO.

Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Causa			
Indisponibilidade de promover o fornecimento em razão de alegação de desabastecimento do produto no mercado, da discussão sobre os preços e/ou pagamento pelo Município.			
Consequência/Dano			
Quebra de contrato; eventual convocação dos licitantes remanescentes; e impossibilidade de fornecer os produtos.			
Ação Preventiva	Responsável		
Verificar previamente junto ao fornecedor possíveis problemas relacionados ao fornecimento dos produtos.	Fiscais do contrato que são devidamente designados no processo.		
Ação de Contingência	Responsável		
Repassar os casos para o Gestor do Contrato, caso não solucionar a demanda junto ao fornecedor, acionar o Setor Jurídico do Município.	Fiscais e Gestor do contrato que são devidamente designados no processo.		

15 NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM AS EMPRESAS A SEREM CONTRATADAS

- 15.1 A contratação deverá observar as disposições das seguintes legislações:
- 15.2 Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações);
- 15.3 Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- 15.4 Lei Complementar nº 123/06, de 14/12/2006;
- 15.5 Decreto Municipal 220/2024 e Decreto Municipal 232/2024, regulamenta a Lei 14.133/21;
- 15.6 Lei Municipal nº 643/25
- 15.7 Demais legislações aplicáveis à presente contratação.

16 CLASSIFICAÇÃO DESTE DOCUMENTO QUANTO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)

- 16.1 Este documento tem o nível de acesso classificado como PÚBLICO.

Ibiaí – MG, 04 de julho de 2025

VITOR SOUZA DIAMANTINO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08
ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 028/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°/...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
IBIAÍ, POR INTERMÉDIO DO (A) E
.....

O MUNICÍPIO DE IBIAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, centro, cidade de Ibiaí - MG, neste ato representado pela Prefeita a Sra Maurina Fonseca Mota de Matos, brasileira, casado, inscrito no CPF nº 520.067.276-72 RG nº M-2928392, CPF, residente e domiciliado na Rua Inácio do Couto Moreno, nº 252, Bairro Alto São João, nesta cidade de Ibiaí-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n./....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRÔNICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PART. EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIP. <u>SEDIADAS (MATRIZ OU FILIAL PARTICIPANTE)</u> <u>NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS/MG E</u> <u>PIRAPORA/MG</u>

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 20....., contados a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, respeitada a vigência dentro do exercício econômico financeiro.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)

5.1 O valor total do contrato é de R\$ (....), sendo os valores unitários dos itens os dispostos na tabela do item 1.2 supra.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior

6.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.3 As demais disposições sobre liquidação e pagamento ao contratado encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importânciá calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

- 8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Ibiaí para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10 A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.
- 8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Entregar o objeto conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada;
- 9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - i. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (VINTE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo ente ora contratante.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

04.122.0002.3004 Equipamentos Diversos para Gabinete 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos 0058

04.122.0002.3010 Equipamentos e Material Permanente Para os Serviços Administrativos 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos 0145

12.361.0016.3013 Aquisição de Veículos e Equipamentos p/ Ensino Fundamental 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500001001 Recursos Não Vinculados de Impostos 0202



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

12.361.0016.3018 Aquisição de Equipamentos para Manutenção do Ensino Fundamental 44905100 Obras e Instalações 1540000000 Transferências do FUNDEB - Outras 0296

44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500001001 Recursos Não Vinculados de Impostos 0297

10.122.13.3041 equipamentos para Administração dos Serviços de Saúde 44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1500001002 Recursos Não Vinculados de Impostos 0471

44905200 Equipamentos e Mat.Permanentes 1755000000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos 0472

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Coração de Jesus/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local],[dia]de[mês] de[ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 028/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O MUNICÍPIO DE IBIAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.899.700/0001-08 com sede na Praça 31 de Março, nº 555, centro, cidade de Ibiaí - MG, neste ato representado pela Prefeita a Sra Maurina Fonseca Mota de Matos, brasileira, casado, inscrito no CPF nº 520.067.276-72 RG nº nº M-2928392, CPF, residente e domiciliado na Rua Inácio do Couto Moreno, nº 252, Bairro Alto São João, nesta cidade de Ibiaí-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n./....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELTRO-ELETRONICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNINCIPIO DE IBIAÍ – MG**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
01								
...								

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR EPARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedações a acréscimo de quantitativos

4.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.8 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.8.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.8.2 Mantiverem sua proposta original.

5.9 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.10 O registro a que se refere o item 5.8 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.11 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.12 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.12.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.12.2 Quando houver o cancelamento do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.13 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.14 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

5.15 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.16 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.17 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.18 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.8, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.18.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.18.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.19 A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniente de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.4 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

7.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 *De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou*

8.2.2 *De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.*

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 4.6 e 4.7 supra.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuênciia do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 *Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;*

9.1.2 *Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;*

9.1.3 *Não aceitar manter seu preço registrado; ou*

9.1.4 *Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.*

9.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5.1 *Por razão de interesse público;*

9.5.2 *A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou*

9.5.3 *Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.*

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

10.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

APÊNDICE DO ANEXO III

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08
ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; ELETRO-ELETRÔNICOS, DENTRE OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIAÍ – MG.

Após analisarmos o Edital e termos pleno conhecimento de seu conteúdo, propomos promover o fornecimento, sob nossa responsabilidade, conforme descrição abaixo e no valor a seguir:

SEQ	DESCRÍO DO ITEM	UN	QUANT	MARCA	VALOR UN	TOTAL	PART. EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIP. SEDIADAS (MATRIZ OU FILIAL PARTICIPANTE) NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS/MG E PIRAPORA/MG
1	ADAPTADOR WIFI-5 DUAL BAND 1300MBPS 2.4/5GHZ 5G USB 3.0.	UN	10				SIM
2	ALCOOL ISOPOPILICO 5 LTS ALCOOL ISOPOPILICO 5 LTS.	UN	5				SIM
3	ANILHA NUMERICA RJ45 IDENTIFICADOR DE CABOS DE REDE C/ 100 PECAS ANILHA NUMERICA. RJ45 IDENTIFICADOR DE CABOS DE REDE C/ 100 PECAS	UN	5				SIM
4	BATERIA DE LITIO PARA PLACA MAE LITIO CR2032 BATERIA DE LITIO PARA PLACA MAE LIT.	UN	40				SIM
5	BASTÃO DE LUZ COMPRIMENTO DE 50CM, TEMPERATURA DE COR AJUSTÁVEL 3200K@5600K, 12 . 12 EFEITOS DE ILUMINAÇÃO INTEGRADOS, CONTROLE RGB COMPLETO (HSI), BATERIA INTERNA DE 2600MAH COM AUTONOMIA DE ATÉ 1H30, RECARREGÁVEL VIA USB-C, CORPO EM ALUMÍNIO, FIXAÇÃO VIA ROSCA 1/4.	UN	8				SIM
6	CABO DE IMPRESSORA USB A MACHO X B MACHO 5M CABO DE IMPRESSORA USB.	UN	30				SIM
7	CABO DE ENERGIA PARA PC IDEAL PARA COMPUTADORES MONITORES FONTE TELEVISAO . CABO DE ENERGIA PARA PC IDEAL PARA COMPUTADORES MONITORES FONTE TELEVISAO ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS	UN	30				SIM
8	CABO DE REDE CX. 305 MTS, CAT6E 100% COBRE.	UN	6				SIM
9	CABO HDMI 1.5 MTS CABO HDMI 1.5 MTS.	UN	15				SIM
10	CABO VGA 1.5 MTS CABO VGA 1.5 MTS.	UN	15				SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

11	CABO USB-C 1.5M 3.1.	UN	15				SIM
12	CABO LIGHTNING 1M MFI COMPATÍVEL COM IPHONE E IPAD.	UN	10				SIM
13	CABO HDMI 2.0 1.5M SUPORTA 4K, PARA CONEXÃO COM MONITORES/TVS.	UN	15				SIM
14	CAMERA FOTOGRAFICA PROFISSIONAL. SENSOR APS-C CMOS 24.2MP, DUAL PIXEL CMOS AF II. GRAVAÇÃO 4K 60FPS SEM CROP, VISOR ELETRÔNICO OLED DE 2.36M PONTOS.	UN	3				SIM
15	CAMERA FOTOGRAFICA PROFISSIONAL SENSOR APS-C 24.2MP, AUTOFOCO COM DETECÇÃO . ROSTO/OLHOS, GRAVAÇÃO 4K 30FPS, TELA ARTICULADA TOUCH, MICROFONE DIRECIONAL EMBUTIDO.	UN	2				SIM
16	CAMERA REFERENCIA CHD2160VF FULL HD 1080P BULLET 60 METROS LENTE AJUSTAVEL . CAMERA REFERENCIA CHD2160VF FULL HD 1080P BULLET 60 METROS LENTE AJUSTAVEL 28 A 12MM CARACTERISTICAS ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL. RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN. SAIDA DE VIDEO 4 EM 1 TVI/CVI/AHD/ANALOGICA. LENTE VARIFOCAL DE 2.8 A 12MM. AGC E BLC. CASE IP66. ESPECIFICACOES SENSOR DE IMAGEM PROGRESSIVE SCAN CMOS PIXELS EFETIVOS 1930H X 1088V ILUMINACAO MINIMA 0.1 LUX @F1.2AGC LIGADO 0 LUX COM INFRA VERMELHO LIGADO.	UN	10				SIM
17	CAMERA INFRAVERMELHO, FULLHD COM TECNOLOGIA 4 EM 1 E ALCANCE DE ATE 20M R CAMERA. INFRAVERMELHO DOME FULLHD COM TECNOLOGIA 4EM1 E ALCANCE DE ATE 20M REFERENCIA CHD2120M RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V, ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN NAO NECESSITA DE SUBSTITUICAO DA ESTRUTURA DE CABEAMENTO DE SISTEMAS DE CFTV CONVENCIONAL SAIDA DE VIDEO 4EM1 CAMERA INFRAVERMELHO, FULLHD COM TECNOLOGIA 4 EM 1 E ALCANCE DE ATE 20M R CAMERA INFRAVERMELHO DOME FULLHD COM TECNOLOGIA 4EM1 E ALCANCE DE ATE 20M REFERENCIA CHD2120M RESOLUCAO HORIZONTAL DE 1.920 H X 1.080 V, ALTA RESOLUCAO DE IMAGEM TVI EM TEMPO REAL SENSOR CMOS PROGRESSIVE SCAN NAO NECESSITA DE SUBSTITUICAO DA ESTRUTURA DE CABEAMENTO DE SISTEMAS DE CFTV CONVENCIONAL SAIDA DE VIDEO 4EM1 TVI/CVI/AHD/ANALOGICA LENTE 2.8MM ANGULO DE VISUALIZACAO DE 105 AGC E BLC CASE METALICO IP66.	UN	10				SIM
18	COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR 3.4GHZ TURBO 5.4GHZ 33MB CACHE LGA1700 . MEMORIA RAM 16GB SSD256GB PLACA REDE 10/100/1000 MONITOR LED 23.5 COMPOSTO POR 1 CPU 01 MANUAL 01 CD COM DRIVERS 01 MOUSE SEM FIO 01 TECLADO 01 MONITOR COM SOM INTEGRADO BIVOLT, WIFI 5G.	UN	19				NÃO
19	COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR 3.4GHZ TURBO 5.4GHZ 33MB CACHE LGA1700 . MEMORIA RAM 16GB SSD256GB PLACA REDE 10/100/1000 MONITOR LED 23.5 COMPOSTO POR 1 CPU 01 MANUAL 01 CD COM DRIVERS 01 MOUSE SEM FIO 01 TECLADO 01 MONITOR COM SOM INTEGRADO BIVOLT, WIFI 5G.	UN	6				SIM
20	CARTÃO SD EXTREME PRO 128GB UHS-II, VELOCIDADE DE LEITURA ATÉ 300MB/S, CLASSE V90, IDEAL PARA 4K/8K.	UN	15				SIM
21	CAIXA SOM ATIVA POTÊNCIA DE 120W RMS, MIXER DIGITAL INTEGRADO, BATERIA DE . ATÉ 12H, CONEXÃO BLUETOOTH, ENTRADAS XLR/USB.	UN	3				SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

22	CAIXA DE SOM USB SP-301BK, PRETO POTÊNCIA 5 WATTS .	UN	30					SIM
23	CONECTOR RJ45 CTE6 COM BLINDAGEM PACOTE COM 100 UNID .	UN	10					SIM
24	CONECTOR DC MACHO P4 CON CONECTOR KRE PARA INSTALACIONES PRACTICAS EN CFTV REF . CONECTOR DC MACHO P4 CON CONECTOR KRE PARA INSTALACIONES PRACTICAS EN CFTV REFERENCIA CNJKREPA	UN	10					SIM
25	CONECTOR BNB COM BORNE MACHO PARA CFTV COM 20 UNIDADES .	UN	10					SIM
26	DRONE SENSOR CMOS 1/1.3. GRAVAÇÃO 4K 100FPS HDR, SISTEMA DE DESVIO DE OBSTÁCULOS EM 360°, ALCANCE ATÉ 20 KM (OCUSYNC 4.0), PESO ABAIXO DE 249G.	UN	3					SIM
27	DVR 8 CANAIS FULL HD REFERENCIA DHD 3308 HDTVI HDCVI AHD ANALOGICO IP C DVR . 8 CANAIS FULL HD REFERENCIA DHD 3308 HDTVI HDCVI AHD ANALOGICO IP CARACTERISTICAS 08 CANAIS.ACEITA CAMERAS ANALOGICAS TVI CVI AHD E IP	UN	3					SIM
28	ESTABILIZADO PARA CELULAR COM TRIPÉ, COM DOIS EIXOS ANTI-TREPIDAÇÃO., COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	5					SIM
29	FILTRO DE LINHA CHAVE DISJUNTORA DPS 5 TOMADAS CAPACIDADE DE DRENO 3X 4500A.	UN	30					SIM
30	FONTE DE ALIMENTACAO 500 WHATS 80 PLUS BRONZE.	UN	8					SIM
31	FONTE ATX MÍNIMO 400W BI-VOLT.	UN	5					SIM
32	FONTE COLMEIA 12V 10A 120W BIVOLT ESTABILIZADA LED CAMERA DESCRICAO CARACTERI . FONTE COLMEIA 12V 10A 120W BIVOLT ESTABILIZADA LED CAMERA DESCRICAO CARACTERISTICAS ENTRADA 127 VAC E 220 VAC BIVOLT SAIDA DE 12V 10A PROTECAO CONTRA CURTO CIRCUITO NA SAIDA E SOBRECARGA PROTECAO CONTRA SOBRE TEMPERATURA AQUECIMENTO FREQUENCIA DE OPERACAO DE 47 A 64 HZ SAIDA DE TENSAO TOTALMENTE ESTABILIZADA FILTROS EMI E EFI FILTROS CONTRA INTERFERENCIA NO SOM E IMAGEM	UN	10					SIM
33	GABINETE DE COMPUTADOR ATX (PRETO).	UN	30					SIM
34	HD EXTERNO 1TB VELOCIDADE DE LEITURA ATÉ 1050MB/S, RESISTENTE A QUEDA E . ÁGUA (IP55), CONEXÃO USB-C 3.2.	UN	10					SIM
35	HARD SSD 240GB SATA LEITURA 500MB/S GRAVACAO 350MB/S.	UN	150					SIM
36	IMPRESSORA MONOCROMATICA LASER PARA IMPRESSAO DE 8000 COPIAS POR MÊS, . TAMANHO MÁXIMO DA MÍDIA DA IMPRESSORA A4, COMPONENTES INCLUIDOS CARTUCHOS DE TONER MÍDIA IMPRESSA ENVELOPES, PAPEL CARTÃO, PAPEL, ETIQUETAS, TIPO DE SCANNER PLANO, CAPACIDADE MÁXIMA DE ENTRADA DE FOLHAS 150, VELOCIDADE MÁXIMA DE CÓPIA (PRETO E BRANCO) 20 PPM, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, POTÊNCIA 300 WATTS.	UN	6					SIM
37	IMPRESSORA ALTA CAPACIDADE COM CICLO MENSAL DE 10.000 PAGINAS, IMPRESSORA . MULTIFUNCIONAL, PERMITINDO QUE VOCÊ IMPRIMA, COPIE, DIGITALIZE IMPRIMIR ATÉ 40 PÁGINAS POR MINUTO, BANDEJA PADRÃO DE	UN	6					SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

	250 FOLHAS, IMPRESSÃO DUPLEX, CONECTIVIDADE VIA USB 2.0, ETHERNET E, WI-FI. (TIPO M4060 FR OU SIMILAR)						
38	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO TANQUE DE TINTA., RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 5760 X 1440 OU SUPERIOR, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES OU SUPERIOR, CABO USB, CAPACIDADE DE ENTRADA DO PAPEL 100 FOLHAS DE PAPEL A4, CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL 30 FOLHAS DE PAPEL A4, TAMANHOS DE PAPEL SUPORTADOS PADRÃO A4, CARTA, OFÍCIO (215.9 X 355.6MM), MEXICO-OFÍCIO (215.9 X 340.4MM), OFÍCIO 9 (214.9 X 315MM), FÓLIO (215.9X330.2MM), EXECUTIVO, MEIA CARTA, A6. DEFINIDO PELO USUÁRIO 54X86 TO 215.9X1200 MM, TIPOS DE PAPEL SUPORTADOS COMUM E PAPÉIS ESPECIAIS, RESOLUÇÃO MÁXIMA DO SCANNER 1200 X 2400 DPI, CONEXÕES USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE / WIRELESS / WI-FI DIRECT	UN	10				SIM
39	KIT 4 RÁDIOS COMUNICADOR ALCANCE 10 KM 16 CANAIS BF 777S PROFISSIONAL . RÁDIO SEGURANÇA, SAÍDA 5V, CANAIS 16, ALIMENTAÇÃO 110V-240V (BIVOLT), ALCANCE DE FREQUÊNCIA 400-470MHZ., BATERIA DE LÍTIO - CAPACIDADE 1.500 MAH DURAÇÃO DA BATERIA APROXIMADAMENTE 10HRS ESPAÇAMENTO ENTRE CANAIS 25KHZ, IMPEDÂNCIA DA ANTENA 50, POTÊNCIA DE SAÍDA RF 3W DISTORÇÃO DE ÁUDIO 5%, TRANSMISSÃO CORRENTE 1.3 ^a , TENSÃO OPERADO 3.7V, SELETIVIDADE 55DB/50DB RESPOSTA ESPECULATIVO 60DB, POTÊNCIA DE SAÍDA DE ÁUDIO 1000MW, NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADAS, TEMPO DE CARREGAMENTO 4 HORAS DIMENSÕES 11,5 X 6 X 3,3 CM, DIMENSÃO 115MM X 60MM X 33MM., RÁDIO VHF/UHF TRANSCEPTOR FM. PESO 198 G	UN	10				SIM
40	LIMPA CONTATO CONTACTEC 130G/210ML.	UN	10				SIM
41	MESA DE SOM, 8 CANAIS, 2 PRÉ-AMPLIFICADORES XENYX COM PHANTOM POWER, EQ DE. 3 BANDAS POR CANAL, INTERFACE USB INTEGRADA.	UN	3				SIM
42	KIT LIMPEZA LENTE DE CÂMERA PROFISSIONAL. SPRAY, PANOS, PINCEL.	UN	25				SIM
43	MOUSE LASER 600 DPI USB SEM FIO MOUSE LASER 600 DPI USB SEM FIO.	UN	40				SIM
44	MICROFONE PARA SISTEMA DE SEGURANÇA, CAPTURA DE 5 M OMNIDIRECIONAL CONECTOR P4. FEMEA CASE PLASTICO PROTECAO CONTRA SURTOS DE TENSÃO INSTALACAO INTERNA 1 ANO DE GARANTIA AREA DE CAPTURA 80 M SENSIBILIDADE 38 2DB RESPOSTA EM FREQUENCIA 300 HZ 10 KHZ DIRETIVIDADE OMNIDIRECIONAL RELACAO SINAL RUIDO 60 DB 1 M 40 DB SPL IMPEDANCIA DE SAIDA 600 NONEQUILIBRIO AMPLITUDE DO SINAL DE SAIDA 2.5 VPP AJUSTE DE GANHO SIMATE 50 DB SAIDA DE AUDIO RCA FEMEA ALIMENTACAO CONECTOR P4 FEMEA	UN	10				SIM
45	MICROFONE LAPELA SEM FIO, SENSIBILIDADE DE ÁUDIO 42 DB, RELAÇÃO SINAL-RUÍDO . DB, BATERIA DE LÍTIO, CONEXÕES 2,4 GHZ	UN	10				SIM
46	MICROFONE DUPLO SEM FIO, TRANSMISSÃO DIGITAL 2.4GHZ, ALCANCE DE ATÉ 300M., CASE COM CARREGAMENTO RÁPIDO VIA USB-C.	UN	6				SIM
47	PROCESSADOR 3.60 HZ (4.30GHZ TURBO) 10 ^a GERAÇÃO, 4 CORES 8- THREADS, LGA 1200 . FREQUENCIA 3.60 GHZ, CACHE 20MB, SOQUETE LGA1200	UN	25				SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

48	MONITOR PARA PC LED TAMANHO 23.8 POLEGADAS ENTRADA E SAIDA HDMI., COM SAIDA DE AUDIO	UN	25					SIM
49	MINI RACK PAREDE 19 10U X 570MM MINI RACK DE PAREDE 8U X 320MM PARA ORGANIZAR, PROTEGER E ARMAZENAR SEUS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UN	10					SIM
50	MEMORIA 8GB DDR4 400 MHZ A 2666MHZ C19 .	UN	35					SIM
51	MEMORIA 8GB DIMM DDR3 400 MHZ A 1600MHZ 15 V PARA (DESKTOP).	UN	35					SIM
52	MOCHILA PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAL FOTOGRÁFICO IMPERMEÁVEL COMPACTA PARA . CÂMERAS COMPARTIMENTOS MODULARES, PROTEÇÃO REFORÇADA, ACESSO LATERAL E SUPERIOR, CAPA DE CHUVA EMBUTIDA.	UN	4					SIM
53	MULTÍMETRO DIGITAL (PARA TESTAR FONTES, TOMADAS, CABOS E PLACAS).	UN	2					SIM
54	NOTEBOOK COM NO MINIMO PROCESSADOR 1.80 GHZ COM FREQUENCIA DE BURST DE ATÉ 4.30 . GHZ 8MB CACHE 8 NUCLEOS 16 THREADS 15.6 LED FHD WIDESCREEN 1920 X 1080 16 9 ANTIRREFLEXIVA MEMORIA RAM 16GB DDR4 MODULO 512GB SSD M.2 PCIE GEN 3	UN	5					SIM
55	NOTEBOOK. PROCESSADOR INTEL I7/19, 16GB RAM, SSD 512GB, GPU DEDICADA NVIDIA RTX . 3050 OU SUPERIOR, TELA IPS DE ALTA FIDELIDADE.	UN	5					SIM
56	SMART TV LED 50 POLEGADAS, RESOLUCAO 4K COM CONVERSOR DIGITAS OUTRAS CONEXOES .	UN	6					SIM
57	NOBREAK 800VA NHS MINI 4 ENTRADAS BIVOLT SAÍDA 120V 6 TOMADAS COR PRETO.	UN	30					SIM
58	NOBREACK 1200 VA 110/220 (VOLTS)..	UN	15					SIM
59	POWER BANK MAGNETIC 20.000 MAH, CARGA POR INDUÇÃO E USB-C, DISPLAY DIGITAL, COM.	UN	10					SIM
60	PLACA MAE COM SOQUETE LGA 1200 E SUPORTE A MEMORIA DDR4 PROPORCIONANDO CONECT PL. PLACA MAE LGA 1200	UN	20					SIM
61	PASTA TERMICA ALTO DESEMPENHO GD 900 ORIGINAL 30 GRS .	UN	12					SIM
62	PROCESSADOR MÍNIMO 3.60GHZ (4.30GHZ TURBO), 10A GERAÇÃO, 4-CORES 8-THREADS, LGA .	UN	20					SIM
63	PENDRIVE 64G PENDRIVE 64G.	UN	40					SIM
64	PENDRIVE USB 16 (GB)..	UN	40					SIM
65	PROJETOR MULTIMIDIA TELA DE PROJECAO RETRATIL COM TELA DE 100, COM CONTROLE . REMOTO, RESOLUCAO MAXIMA WXGA 1280X800 COM LUMINOSIDADE 2800 LUMENS CONEXOES VGA BIVOLT.	UN	5					SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO N° 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08

66	RING LIGHT LED 45CM COM TRIPÉDIÁMETRO DE 45CM, CONTROLE DE TEMPERATURA . (3000K A 6500K), DIMMER DE INTENSIDADE, ALIMENTAÇÃO USB OU TOMADA.	UN	4				SIM
67	RÉGUA EXTENSAO ELÉTRICA 6 TOMADA 3 MT 127/220V COM FUSÍVEL DE PROTEÇÃO ELETRO GM.	UN	50				SIM
68	ROTEADOR MÍNIMO 2 AN-TENAS 300MBPS 2.4 GHZ/5GHZ.	UN	10				SIM
69	SWITCH GIGABIT DE MESA TP-LINK 5 PORTAS 10/100/1000MBPS;.	UN	10				SIM
70	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 GERENCIAVEL TPLINK/24PORTAS10/100/1000 . SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 GERENCIAVEL, IGUAL OU SUPERIOR A TPLINK/24PORTAS10/100/1000	UN	10				SIM
71	CAMERA FOTOGRAFICA, TIPO DE ALIMENTAÇÃO BATERIA, SENSOR OPTICO . CMOS 23.5 MM X 15.6 MM, CÂMERA MIRRORLESS 24,2 MPX, TELA 3 POLEGADAS, RESOLUÇÃO 4K, BLUTOOTH, CONEXÕES MIC JACK 3.5 MM PHONE JACK 3.5MM, COM ACESSORIOS 1 ADAPTADOR CA, 1 ADAPTADOR PROTETOR DE VENTO, 1 ALÇA PARA OMBRO, 1 BATERIA RECARREGÁVEL, 1 CABO USB-A PARA USB 2.0, 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO, 1 PROTETOR DE VENTO, 1 TAMPA DE LENTE, RESOLUÇÕES DE VÍDEO 2160PX X3840 PX, MODOS DE AUTOFOCO AUTOMÁTICO, CONTÍNUO, SIMPLES, DISTÂNCIA FOCAL 24 MM - 75 MM, PROCESSADOR DA IMAGEM BIONZ X, ZOOM ÓPTICO 3,12X TIPOS DE CARTÕES DE MEMÓRIA MEMORY STICK MICRO (M2), MEMORY STICK PRO DUO, MEMORY STICK PRO-HG DUO, MICRO-SD, MICRO-SDHC, MICRO-SDXC, SD, SDHC UHS-I, SDXC UHS-	UN	2				SIM
72	SSD SATA MÍNIMO LEITURA 500MBS, GRAVAÇÃO 350MBS 240GB.	UN	150				SIM
73	TABLET TELA 10, 90 HZ, SUPORTE A REDE 5G POLEGADAS 64GB, 4 GB RAM, NO MÍNIMO . ANDROID 14, WIFI BLUETOOTH CONEXAO USB TIPO C BATERIA DE NO MÍNIMO 6000 MAH, CAMERA MINIMA 8MP, PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 3,4 GHZ	UN	10				SIM
74	TRIPE PROFISSIONAL ALTURA MÁXIMA DE 155CM, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 1.5KG.. CABEÇA JOYSTICK COM BLOQUEIO RÁPIDO, CONSTRUÇÃO EM ALUMÍNIO LEVE.	UN	5				SIM
75	TESTADOR DE CABO DE REDE RJ45 E RJ11.	UN	2				SIM
76	WEBCAM PARA COMPUTADOR FULL HD 1080X1920P 2 MP USB PLUG PLAY MICROFONE EMBUTID. WEBCAM PARA COMPUTADOR FULL HD 1080X1920P 2 MP USB PLUG PLAY MICROFONE EMBUTIDO CAMERA	UN	30				SIM

VALOR TOTAL DA PROPOSTA _____ (_____).

Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias, contados da data de apresentação da mesma): _____ (_____) dias.

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do Representante Legal.
Carimbo da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ:16.899.700/0001-08
ANEXO V

LEI MUNICIPAL 643/2025

REGULAMENTA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E A LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 COM A DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, E EQUIPARADAS, QUE PODERÃO PARTICIPAR DE PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE IBIAÍ/MG.

Art. 1º. Nas contratações públicas da Administração direta e indireta, autárquica e fundacional, realizadas pelo Município de Ibaiá/MG, será concedido tratamento diferenciado para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, sendo a delimitação geográfica dessas a seguinte:

§1º. Nas contratações públicas cujos valores sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item, referentes a aquisição de bens e/ou a contratação de serviços, seja por licitação, contratação direta ou através de procedimentos auxiliares, nos termos definidos pela Lei Federal 14.133/21, fica estabelecida a exclusividade de participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas na Microrregião de Montes Claros/MG e Microrregião de Pirapora-MG, estando esta definida no portal do Estado de Minas Gerais, no endereço eletrônico https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligmicas_10_2_04_listamesomicro.pdf, bem como no anexo I da presente Lei.

§2º. Nas contratações públicas referentes a aquisição de bens divisíveis, cujos valores sejam superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item, seja por licitação, contratação direta ou através de procedimentos auxiliares, nos termos definidos pela Lei Federal 14.133/21, será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas nas Microrregiões de Montes Claros/MG e Pirapora/MG, estando esta definida no portal do Estado de Minas Gerais, no endereço eletrônico https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligmicas_10_2_04_listamesomicro.pdf, bem como no anexo único da presente Lei.

I. O Município dará prioridade de contratação para a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto destinado exclusivamente para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sediadas nas Microrregiões de Montes Claros/MG e Pirapora-MG, em detrimento da cota destinada a ampla participação, desde que a eventual diferença do valor final contratado entre a cota exclusiva e a de ampla participação seja de até 10% (dez por cento).

§3º. Havendo a atualização da Microrregião pelo Estado de Minas Gerais, com a inclusão ou exclusão de Município, esta será imediatamente aplicada.

§4º. A Administração Municipal poderá de forma discricionária não aplicar a delimitação geográfica definida nos parágrafos 1º e 2º acima, devendo para tanto promover a devida justificativa que deverá ser anexada aos autos, em especial quando se tratar de serviços técnicos especializados, aquisições de itens para a Gerência Municipal de Saúde, itens de maior complexidade técnica ou, ainda, quando não existirem o mínimo de 03 (três) empresas aptas e capacitadas nas Microrregiões para promover o fornecimento ou a prestação do serviço a ser contratado.

Art. 2º. No que diz respeito a gêneros alimentícios, terá preferência e exclusividade, as microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e MEI com sede no âmbito local do Município de Ibaiá/MG, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Federal nº 8538/2015.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ibaiá/MG, 23 de abril de 2025.

MAURINA FONSECA MOTA DE MATOS
PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS E PIRAPORA

Código da Mesorregião	Nome da Mesorregião	Código da Microrregião	Nome da Microrregião	Município
-----------------------	---------------------	------------------------	----------------------	-----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ
PRAÇA 31 DE MARÇO Nº 555 – CENTRO – IBIAÍ/MG – CEP: 39350-000
CNPJ: 16.899.700/0001-08

02	NORTE DE MINAS	07	MONTES CLAROS	Brasília de Minas Campo Azul Capitão Enéias Claro dos Poções Coração de Jesus Francisco Sá Glauçilândia Ibiracatu Japonvar Juramento Lontra Luislândia Mirabela Montes Claros Patis Ponto Chique São João da Lagoa São João da Ponte São João do Pacuí Ubaí Varzelândia Verdelândia
02	NORTE DE MINAS	06	PIRAPORA	Buritizeiro Ibiaí Jequitá Lagoa dos Patos Lassance Pirapora Riachinho Santa Fé de Minas São Romão Várzea da Palma

Ibiaí-MG, 23 de abril de 2025.



AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 10/2025 – PROCESSO 28/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE
Município De Ibiaí - MG

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis de escritório e escolares; utensílios domésticos; eletrodomésticos; eletrônicos; ar condicionados; ferramentas, dentre outros, para atender as demandas das secretarias do município de Ibiaí – MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 745.435,02 (setecentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e cinco mil reais e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2025 às 0900:h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO

PUBLICADO NO QUADRO GERAL DE AVISOS DO MUNICÍPIO DE
IBIAÍ EM:

04/07/2025

José Pedro Rodrigues Marçal
Agente de Contratação
Portaria nº: 051 de 23 de janeiro de 2025